

DESAFIOS DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MUNICÍPIOS DE BAIXO IDH

Flavia Conceição dos Santos Henrique¹; Leonor Maria Pacheco Santos²; Micheli Dantas Soares¹; Lucélia Luiz Pereira³; Sandra Maria Chaves dos Santos⁴; Simone Costa Guadagnin⁵

¹ Professora do Centro de Ciências da Saúde UFRB

² Professora da UNB

³ Governo do Distrito Federal

⁴ Professora da Escola de Nutrição UFBA

⁴ Pesquisadora UNB

O objetivo da pesquisa foi avaliar aspectos da gestão e da implementação do Programa Bolsa Família (PBF) nos municípios com mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). A metodologia foi baseada numa adaptação da abordagem tridimensional de estrutura-processo-resultado. A amostragem foi de caráter intencional, selecionando em cada região do país municípios entre os que apresentavam os mais baixos IDH. Realizou-se entrevistas com informantes chaves; grupos focais e questionários com famílias beneficiárias e não beneficiárias. Na análise estrutural, pode-se considerar que a estrutura normativa está adequada, entretanto a estrutura física e de recursos humanos apresentavam-se inadequadas, repercutindo no Cadastramento. Do ponto de vista da análise processual, a interlocução entre o a gestão municipal e a gestão federal do programa era à época ineficiente. Nas situações estudadas, evidenciou-se que boa estrutura não era suficiente para garantir processos de operacionalização do PBF dentro do preconizado, além da falta de informação ainda muito forte à época do estudo, três anos após a implantação do PBF. Foi notório o desconhecimento das famílias sobre os critérios de inclusão e elegibilidade, tanto quanto desconheciam as condicionalidades e que deveriam estar incluídas em outros circuitos de acesso a bens e serviços públicos. Destacou-se ainda a inconsistência em torno das práticas de controle social. Houve relatos de retenção dos cartões por comerciantes como condição para abertura de crédito, mas tal prática não era reconhecida como problema para beneficiárias. Gestores locais travavam um forte discurso moral culpabilizando as famílias pela condição de pobreza. A renda referida pelas famílias beneficiárias indicava excelente focalização do PBF. Os resultados apontam a

necessidade de investir na capacidade governativa dos municípios, capacitando pessoal para gerir o programa. Considera-se que isto e a constante atualização de seu marco legal são elementos fundamentais para introduzir novas lógicas na forma de operar o social no âmbito local.

Palavras chave – Programa Bolsa Família; Gestão; Política Pública.